



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000282891

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0001822-97.2025.8.26.0050, da Comarca de São Paulo, em que é agravante WILLIAN DOMINGOS PEDROSO DA SILVA, é agravado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 13ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores XISTO ALBARELLI RANGEL NETO (Presidente) E RODRIGUES TORRES.

São Paulo, 25 de março de 2025.

MARCELO GORDO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 31341

Agravo em Execução Penal nº 0001822-97.2025.8.26.0050

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. EXTINÇÃO DA PENA DE MULTA. HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. NEGADO PROVIMENTO.

I. Caso em Exame

Agravo em Execução Penal interposto por Willian Domingos Pedroso da Silva contra decisão que indeferiu pedido de extinção da punibilidade da pena de multa, alegando hipossuficiência econômica. O agravante foi condenado por tráfico de drogas a 5 anos e 10 meses de reclusão e 583 dias-multa.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste em: (i) a possibilidade de extinção da pena de multa com base na hipossuficiência econômica do condenado, conforme entendimento atualizado do STJ.

III. Razões de Decidir

3. O entendimento do STJ permite a extinção da punibilidade da pena de multa por hipossuficiência, desde que cumprida a pena privativa de liberdade.

4. No caso, não há comprovação do cumprimento integral da pena privativa de liberdade, o que impede a extinção da punibilidade da multa, independentemente da alegada hipossuficiência.

IV. Dispositivo e Tese

5. Nega-se provimento ao agravo, mantendo a decisão que indeferiu a extinção da pena de multa.

Tese de julgamento: 1. A extinção da punibilidade da pena de multa por hipossuficiência econômica requer o cumprimento integral da pena privativa de liberdade.

Legislação Citada:

Lei de Drogas, art. 33, caput.

Código Penal, art. 51.

Jurisprudência Citada:

STJ, REsp 2024901/SP e REsp 2090454/SP, j. 28/02/2024.

TJSP, Agravo de Execução Penal 0001124-38.2022.8.26.0037, Rel. Moreira da Silva, 13ª Câmara de Direito Criminal, j. 02/08/2022.

Cuida-se de Agravo em Execução Penal interposto por **Willian Domingos Pedroso da Silva** em face da r. decisão (fls. 32/35), proferida pelo Exmo. Juiz de Direito da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de São Paulo, que indeferiu pedido de extinção da punibilidade independentemente do pagamento da multa, deferiu a inclusão do seu nome no cadastro de inadimplentes e suspendeu a execução nos termos do artigo 40, §2º da Lei de Execução Fiscal.

Pretende o agravante, em suma, seja julgada extinta a execução da pena de multa, em razão da sua hipossuficiência econômica – demonstrada, ao seu ver, pelas circunstâncias de ser defendido pela DPESP, de se encontrar desempregado ao tempo dos fatos, de ter sido fixado valor da diária de multa no mínimo legal, além de não terem sido encontrados bens em seu nome -, nos termos do entendimento atualizado do E. STJ. Subsidiariamente, requer seja afastada a suspensão do feito e a inclusão do seu nome em cadastro de inadimplentes (fls. 01/07).

Respondido o recurso (fls. 11/20), anexou-se o juízo de retratação, negativo (fl. 21).

A douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pelo desprovimento do agravo (fls. 45/51).

É o relatório.

O reclamo não comporta provimento.

O recorrente foi condenado como incurso no artigo 33, *caput*, da Lei de Drogas, a uma pena de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, em regime fechado, além do pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, nos autos do processo nº 0079064-21.2014.8.26.0050, que tramitou perante a 30ª Vara do Foro Criminal Central da Comarca de São Paulo (v. fl. 24).

No que se refere à multa, fixada no montante de R\$15,342,34 (fls. 24),

diante da ausência de pagamento voluntário no processo-crime, o Ministério Público ajuizou a respectiva ação de execução (processo nº 1014777-80.2024.8.26.0050). Nessa ação, a Defensoria Pública requereu a extinção da pena de multa, pedido acertadamente indeferido pelo magistrado da origem.

No particular, a decisão combatida está escorada no entendimento do C. STJ, que, no âmbito do REsp 2024901/SP e do REsp 2090454/SP, julgados em 28/02/2024, com publicação no DJe de 01/03/2024, de fato, alterou o Tema nº 931, daquela Corte, consolidando o entendimento de que *"O inadimplemento da pena de multa, após cumprida a pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, não obsta a extinção da punibilidade, ante a alegada hipossuficiência do condenado, salvo se diversamente entender o juiz competente, em decisão suficientemente motivada, que indique concretamente a possibilidade de pagamento da sanção pecuniária"*.

Com efeito, enquanto a redação anterior exigia a comprovação da impossibilidade de pagamento pelo sentenciado, o novo entendimento permite a extinção da punibilidade ante a mera declaração de hipossuficiência, de modo que, para negar pedido de extinção punibilidade independente do inadimplemento da pena pecuniária, o juízo da execução deve fundamentar concretamente a possibilidade de pagamento por parte do condenado.

Assim, o que se extrai da nova tese firmada pelo C. STJ é que, via de regra, cumprida a pena privativa de liberdade ou restritivas de direitos, o não pagamento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade, ante a alegação de hipossuficiência. Excepcionalmente, contudo, se o magistrado entender que o sentenciado tem condições de arcar com a sanção pecuniária, poderá exigir o adimplemento para extinguir o cumprimento da pena.

Exige-se, em ambos os casos, que a sanção corporal tenha sido cumprida. Em outras letras, a extinção da pena de multa, ainda que não paga, depende do integral cumprimento da pena privativa de liberdade.

Confira-se:

“RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO PENAL. REVISÃO DE TESE. TEMA 931. CUMPRIMENTO DA SANÇÃO CORPORAL. PENDÊNCIA DA PENA DE MULTA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. COMPREENSÃO FIRMADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DA ADI N. 3.150/DF. MANUTENÇÃO DO CARÁTER DE SANÇÃO CRIMINAL DA PENA DE MULTA. PRIMAZIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EXECUÇÃO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA. ALTERAÇÃO LEGISLATIVA DO ART. 51 DO CÓDIGO PENAL. DISTINGUISHING. IMPOSSIBILIDADE DE CUMPRIMENTO DA PENA PECUNIÁRIA PELOS CONDENADOS HIPOSSUFICIENTES. PRINCÍPIO DA INTRASCENDÊNCIA DA PENA. VIOLAÇÃO DE PRECEITOS FUNDAMENTAIS. EXCESSO DE EXECUÇÃO. RECURSO PROVIDO.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia n. 1.519.777/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 10/9/2015), assentou a tese de que “[n]os casos em que haja condenação a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade”. 2. Entretanto, ao apreciar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.150 (Rel. Ministro Marco Aurélio, Rel. p/ Acórdão Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe-170 divulg. 5/8/2019 public. 6/8/2019), o Pretório Excelso firmou o entendimento de que a alteração do art. 51 do Código Penal, promovida Lei n. 9.268/1996, não retirou o caráter de sanção criminal da pena de multa, de modo que a primazia para sua execução incumbe ao Ministério Público e o seu inadimplemento obsta a extinção da punibilidade do apenado. Tal compreensão foi posteriormente sintetizada em nova alteração do referido dispositivo legal, levada a cabo pela Lei n. 13.964/2019. 3. Em decorrência do entendimento firmado pelo STF, bem como em face da mais recente alteração legislativa sofrida pelo artigo 51 do Código Penal, o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos Recursos Especiais Representativos da Controvérsia n. 1.785.383/SP e 1.785.861/SP (Rel. Ministro Rogerio Schietti, 3ª S., DJe 21/9/2021), reviu a tese anteriormente aventada no Tema n. 931, para assentar que, “na

hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade". 4. Ainda consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal julgamento da ADI n. 3.150/DF, "em matéria de criminalidade econômica, a pena de multa desempenha um papel proeminente de prevenção específica, prevenção geral e retribuição". 5. Na mesma direção, quando do julgamento do Agravo Regimental na Progressão de Regime na Execução Penal n. 12/DF, a Suprema Corte já havia ressaltado que, "especialmente em matéria de crimes contra a Administração Pública - como também nos crimes de colarinho branco em geral -, a parte verdadeiramente severa da pena, a ser executada com rigor, há de ser a de natureza pecuniária. Esta, sim, tem o poder de funcionar como real fator de prevenção, capaz de inibir a prática de crimes que envolvam apropriação de recursos públicos". 6. Mais ainda, segundo os próprios termos em que o Supremo Tribunal Federal decidiu pela indispensabilidade do pagamento da sanção pecuniária para o gozo da progressão a regime menos gravoso, "[a] exceção admissível ao dever de pagar a multa é a impossibilidade econômica absoluta de fazê-lo. [...] é possível a progressão se o sentenciado, veraz e comprovadamente, demonstrar sua absoluta insolvabilidade. Absoluta insolvabilidade que o impossibilite até mesmo de efetuar o pagamento parcelado da quantia devida, como autorizado pelo art. 50 do Código Penal" (Rel. Ministro Roberto Barroso, Tribunal Pleno, DJe-111 divulg. 10/6/2015 public. 11/6/2015). 7. Nota-se o manifesto endereçamento das decisões retrocitadas àqueles condenados que possuam condições econômicas de adimplir a sanção pecuniária, de modo a impedir que o descumprimento da decisão judicial resulte em sensação de impunidade. 8. Oportunamente, mencione-se também o teor da Recomendação n. 425, de 8 de outubro de 2021, do Conselho Nacional de Justiça, a qual institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, abordando de maneira central a relevância da extinção da punibilidade daqueles a quem remanesce tão-somente o resgate da pena pecuniária, ao estabelecer, em seu art. 29, parágrafo único, que, "[n]o curso da execução criminal, cumprida a pena privativa de liberdade e verificada a situação de rua da pessoa egressa, deve-se observar a possibilidade de extinção da punibilidade da pena de multa". 9. Releva, por seu turno, obtemperar que a realidade do País desafia um

exame do tema sob outra perspectiva, de sorte a complementar a razão final que inspirou o julgamento da Suprema Corte na ADI 3.150/DF. Segundo dados do Infopen, até dezembro de 2020, 40,91% dos presos no país estavam cumprindo pena pela prática de crimes contra o patrimônio; 29,9%, por tráfico de drogas, seguidos de 15,13% por crimes contra a pessoa, crimes que cominam pena privativa de liberdade concomitantemente com pena de multa. 10. Não se há, outrossim, de desconsiderar que o cenário do sistema carcerário expõe as vísceras das disparidades sócio-econômicas arraigadas na sociedade brasileira, as quais ultrapassam o inegável caráter seletivo do sistema punitivo e se projetam não apenas como mecanismo de aprisionamento físico, mas também de confinamento em sua comunidade, a reduzir, amiúde, o indivíduo desencarcerado ao status de um pária social. Outra não é a conclusão a que poderia conduzir - relativamente aos condenados em comprovada situação de hipossuficiência econômica - a subordinação da retomada dos seus direitos políticos e de sua consequente reinserção social ao prévio adimplemento da pena de multa. 11. Conforme salientou a instituição requerente, o quadro atual tem produzido "a sobrepunição da pobreza, visto que o egresso miserável e sem condições de trabalho durante o cumprimento da pena (menos de 20% da população prisional trabalha, conforme dados do INFOPEN), alijado dos direitos do art. 25 da LEP, não tem como conseguir os recursos para o pagamento da multa, e ingressa em círculo vicioso de desespero". 12. Ineludível é concluir, portanto, que o condicionamento da extinção da punibilidade, após o cumprimento da pena corporal, ao adimplemento da pena de multa transmuda-se em punição hábil tanto a acentuar a já agravada situação de penúria e de indigência dos apenados hipossuficientes, quanto a sobreonerar pessoas próximas do condenado, impondo a todo o seu grupo familiar privações decorrentes de sua impossibilitada reabilitação social, o que põe sob risco a implementação da política estatal proteção da família (art. 226 da Carta de 1988). 13. Demais disso, a barreira ao reconhecimento da extinção da punibilidade dos condenados pobres, para além do exame de benefícios executórios como a mencionada progressão de regime, frustra fundamentalmente os fins a que se prestam a imposição e a execução das reprimendas penais, e contradiz a inferência lógica do princípio isonômico (art. 5º, caput da Constituição Federal) segundo a qual desiguais devem ser tratados de forma desigual. Mais ainda, desafia objetivos fundamentais da

*República, entre os quais o de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (art. 3º, III). 14. A extinção da punibilidade, **quando pendente apenas o adimplemento da pena pecuniária**, reclama para si singular relevo na trajetória do egresso de reconquista de sua posição como indivíduo aos olhos do Estado, ou seja, do percurso de reconstrução da existência sob as balizas de um patamar civilizatório mínimo, a permitir outra vez o gozo e o exercício de direitos e garantias fundamentais, cujo panorama atual de interdição os conduz a atingir estágio de desmedida invisibilidade, a qual encontra, em última análise, semelhança à própria inexistência de registro civil. 15. Recurso especial provido, para acolher a seguinte tese: **Na hipótese de condenação concomitante a pena privativa de liberdade e multa, o inadimplemento da sanção pecuniária, pelo condenado que comprovar impossibilidade de fazê-lo, não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade.** (STJ, REsp n. 1.785.861/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 24/11/2021, DJe de 30/11/2021.)*

Sobre o tema já se manifestou esta C. Câmara:

*“Agravado em execução – Execução da pena de multa – Recurso ministerial objetivando a cassação do decisum a quo para afastar a extinção da ação de execução da pena de multa – Admissibilidade – Revisão pela Terceira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça do entendimento firmado no Tema 931 em sede de recurso repetitivo – Todavia, a despeito de se cuidar de reeducando cujos interesses são patrocinados pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, afigura-se incogitável neste momento o afastamento da pena de multa no valor de R\$ 35.200 (trinta e cinco mil e duzentos reais) pela suposta hipossuficiência do agravante - Em que pese não terem sido encontrados, por ora, bens do executado passíveis de penhora, **não foram esgotadas todas as medidas executivas cabíveis deduzidas pelo Parquet na exordial, nem demonstrada cabalmente nos autos pela Defesa que o inadimplemento da multa decorreu exclusivamente da incapacidade financeira do condenado** – Ademais, o sentenciado, condenado pelos crimes de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico, ainda cumpre a pena privativa de liberdade que lhe fora imposta, em gozo do regime aberto desde 03.02.2022, devendo, assim, ser mantida a ação da*

execução da multa. Recurso provido.” (grifo nosso) (TJSP; Agravo de Execução Penal 0001124-38.2022.8.26.0037; Relator (a): Moreira da Silva; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Criminal; Foro de Araraquara - Vara do Júri/Execuções; Data do Julgamento: 02/08/2022; Data de Registro: 02/08/2022).

No particular, contudo, não há nos autos informações sobre o cumprimento integral da pena privativa de liberdade imposta ao agravante, tampouco há alegação neste sentido.

Tal fato, por si só, obsta a extinção da punibilidade quanto à pena de multa, não havendo que se discutir sobre a hipossuficiência do agravante, já que o primeiro e fundamental requisito para aplicação do Tema nº 931 do STJ é o integral cumprimento da pena privativa de liberdade.

Doutro turno, diante da ausência de pagamento do débito e do pedido expresso da acusação (fls. 23), é legítima a adoção, pela autoridade judiciária, de medidas executivas coercitivas previstas na legislação, como a inserção do nome do sentenciado no cadastro de inadimplentes, a fim de incentivar a quitação voluntária da dívida.

A questão não revela ineditismo nesta E. Corte:

“AGRAVO EM EXECUÇÃO. Pleito de extinção da pena de multa, em razão da hipossuficiência do sentenciado. Impossibilidade. Pena privativa de liberdade ainda em cumprimento. Hipótese da tese firmada no Tema Repetitivo 931, do Superior Tribunal de Justiça, não se amolda ao caso em tela. Extinção da ação, neste momento processual, configura perdão da sanção pecuniária. Inclusão do nome do sentenciado no cadastro de inadimplentes. Pedido expresso do Ministério Público. Regularidade. Recurso desprovido.”

(TJSP; Agravo de Execução Penal 0002495-90.2025.8.26.0050;

Relator (a): Jucimara Esther de Lima Bueno; Órgão Julgador: 10ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 1ª Vara das Execuções Criminais; Data do Julgamento: 28/02/2025; Data de Registro: 28/02/2025)

“AGRAVO EM EXECUÇÃO. Execução da pena de multa. Recurso defensivo. Pleito de extinção da execução da pena de multa. Impossibilidade. Agravante que ainda está em cumprimento da pena privativa de liberdade. Ausência de esgotamento dos meios para localização de bens e pagamento. Inexistência de comprovação da hipossuficiência econômica. Indevida a presunção de hipossuficiência financeira do agente, apenas pelo fato de ser assistido pela Defensoria Pública. Suspensão da execução, nos termos do artigo 40 da Lei n. 6.830/80, regularmente determinada. Inclusão do sentenciado no cadastro de inadimplentes. Viabilidade. Meio coercitivo idôneo para compelir o executado a cumprir a obrigação que encontra amparo legal. Decisão incorreta. Negado provimento ao recurso.” (TJSP; Agravo de Execução Penal 0001821-15.2025.8.26.0050; Relator (a): Leme Garcia; Órgão Julgador: 16ª Câmara de Direito Criminal; Foro Central Criminal Barra Funda - 1ª Vara das Execuções Criminais; Data do Julgamento: 25/02/2025; Data de Registro: 25/02/2025)

No mais, diante da ausência de bens em nome do agravante, a suspensão do feito encontra respaldo no artigo 40 da Lei nº 6.830/80, devendo, portanto, ser mantida.

De fecho, para efeito de prequestionamento, cumpre assinalar que está claro no voto que inexistiu violação à tese definida pelo STJ na revisão do Tema nº 931 ou a qualquer dispositivo legal invocado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso.

MARCELO GORDO

Relator